

O DINHEIRO E O ESPAÇO DA CIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DA ETNOGRAFIA DA AVENIDA LUÍS GUARANHA, PORTO ALEGRE/RS.

Olavo Ramalho Marques

Introdução.

Ruben Oliven, em seu artigo intitulado “De olho no dinheiro nos Estados Unidos” (2001), afirma que, preocupado com a amplitude do tema dinheiro em relação à sociedade norte-americana¹, notou que tudo no referido país girava em torno do dinheiro. Por essa razão o percebeu como *fato social* total, resgatando a clássica definição de Marcel Mauss. Do mesmo modo, eu, desafiado a lidar com esta temática em minha área de interesse na antropologia (a questão da ocupação e transformação do espaço urbano, em sua diversidade inerente), percebi também que abordar a dimensão espacial da cidade implica necessariamente em uma atenção especial à questão do dinheiro. Veja-se o acesso diferencial aos territórios urbanos a partir do poder aquisitivo de indivíduos e coletividades, as regiões diversamente valorizadas economicamente, bem como em termos de estilos e condições de vida - o fato de populações diferenciadas terem legitimidade e condições de habitar e ocupar os diferentes nichos sociais da cidade a partir de suas capacidades econômicas, suas formas de comportamento e identidade exterior (GOFFMAN, 1963).

Para Simmel (1991), bem como para Harvey (1989) o dinheiro é força social que permeia tudo em nossa sociedade, apesar de a aparente liberdade fazer com que a onipresença do dinheiro e as formas de dominação em que implica tornarem-se ocultas, não evidentes. Pretende-se com o presente estudo, a partir do que foi exposto, abordar o tema do dinheiro em sua dimensão atrelada às esferas de espaço e tempo na metrópole, tal como

¹ Temática que estudou durante os anos de 1993 e 1995, em sua estadia nos Estados Unidos.

nos propõe Harvey, em relação à cidade de Porto Alegre - palco de minhas investigações etnográficas. A questão central que aqui se coloca é: como age o dinheiro – ou como ele se interpõe, enquanto força social - sobre as formas de organização do espaço urbano? Tal questão emerge de minhas incursões etnográficas no campo da antropologia urbana, em que me deparei com a realidade social e cultural de uma comunidade específica na cidade de Porto Alegre/RS: a vila Luís Guaranha, bairro Cidade Baixa.

Por que o contato com tal comunidade suscita um estudo em relação ao tema proposto? Trata-se de uma comunidade pobre, majoritariamente negra, cuja estrutura espacial revela aspectos bastante interessantes acerca das formas de habitação popular em Porto Alegre (incluindo-se o aspecto envolvendo a noção de propriedade privada e as casas de aluguel), em sua dimensão temporal. A comunidade se reconhece como reminiscência viva do Areal da Baronesa², antigo reduto de populações pobres e afro-descendentes - em grande parte ex-escravos – que foi sendo paulatinamente descaracterizado de suas feições originais durante o século XX (com mais intensidade a partir da segunda metade do século, principalmente na década de 70). Os moradores da Luís Guaranha enfatizam, em sua estrutura comunitária, o fator de resistência a todo um processo de remodelação da região da cidade que ocupam.

Tanto assim que, em 1998, considerando-se herdeiros diretos do Areal da Baronesa, os moradores da Vila se auto-reconheceram junto à Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura como remanescentes de quilombos, buscando a titulação das terras que ocupam - atualmente de posse do Depto. Municipal de Habitação (DMHAB). Para tanto, denominaram a comunidade “Quilombo do Areal”, apesar de o nome Luís Guaranha ser o cotidianamente corrente. O auto-reconhecimento suscita reflexões acerca das “etnicidades emergentes”³ em pleno ambiente urbano multi-facetado, diverso e heterogêneo, caracterizado pelo individualismo, bem como em relação à posse do terreno ocupado pela comunidade, em sua dimensão histórica. O contato com a comunidade suscita, também, questões relativas à progressiva expulsão das camadas populares (em grande parte afro-descendentes) das regiões centrais da cidade em direção a regiões periféricas, e às condições e possibilidades diferenciais de ocupação do espaço urbano por

² Veja-se, por exemplo, o fato de a escola de samba local - atualmente fora de funcionamento devido a problemas organizacionais - chamar-se Escola de Samba Integração do Areal da Baronesa.

³ Cf. ARRUTI, 1997; POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1988.

parte dos diferentes setores/camadas/estratos sociais que compõem o ambiente plural e fragmentado de nossas cidades – em boa medida por seu poder aquisitivo, atrelado a outras questões como a desigualdade racial. Cabe então perguntar: como isso se articula no tempo? Tais são as questões que pretendo abordar no presente trabalho. Cabe, portanto, primeiramente, apresentar aos leitores a Vila Luís Guaranha, através do processo etnográfico vivido.

A Vila Luís Guaranha: um outro conceito de Avenida.

Tomei contato com a Vila Luís Guaranha através das atividades de pesquisa que desenvolvi como participante do projeto “Quilombo do Areal: Memória e Patrimônios” junto à comunidade, realizado pelo Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo durante os meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 2004. Fui contratado por ter experiência no campo da antropologia urbana, bem como no uso de recursos audiovisuais de pesquisa etnográfica⁴, já que o projeto visava à construção de uma exposição fotográfica sobre a comunidade (envolvendo também as temáticas de identidade étnica e escravidão). Mais especificamente, passei a fazer parte da sub-equipe que abordara o Patrimônio Imaterial desta comunidade, estando encarregado do registro fotográfico do cotidiano da Vila e seus habitantes, bem como do andamento de nossas atividades de pesquisa.

Para situar espacialmente o leitor em relação à comunidade, transcrevo um trecho de diário de campo em que reconstruo uma caminhada à Luis Guaranha:

Quem, como eu, numa tarde de sol, no inverno, caminha pelo bairro cidade Baixa, na região próxima à rua João Alfredo, fronteira com o bairro Menino Deus, depara-se com uma estrutura espacial singular. Ruas e avenidas curvas e tortuosas se cruzam compondo esquinas de angulação variada. Becos e travessas inusitadas se apresentam ao pedestre, tornando a cada instante o caminho repleto de

⁴ Desde o ano de 1999, venho desenvolvendo meus trabalhos de pesquisa estando vinculado a uma equipe de pesquisadores, o Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV): um projeto de pesquisa em antropologia urbana, coordenado pelas professoras dras. Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha, cuja abordagem sobre a cidade é centrada na questão da imagem - tanto em relação à produção na pesquisa etnográfica, como forma de “estar em campo” e abordar os assuntos estudados, quanto em relação à análise de materiais que retratem aspectos e fragmentos da vida urbana em Porto Alegre. A proposta do Projeto BIEV é o da construção de coleções etnográficas sobre o patrimônio etnológico da cidade, compondo um museu virtual. Tanto as coleções etnográficas do BIEV quanto as produções teóricas e etnográficas que envolvem o projeto podem ser encontradas no endereço <http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br>. Agora, cursando o mestrado em Antropologia Social, continuo ligado ao Projeto BIEV como pesquisador associado.

baixas. Grande número delas são casas coloridas, com fachadas decoradas que se debruçam sobre as calçadas. Com suas portas e janelas ornadas de eiras e beiras, intercalam-se com alguns edifícios de apartamentos. Diversos são os tipos de estabelecimentos comerciais: locadoras de vídeo, padarias, lojas de materiais de construção, bares e restaurantes, botecos, armazéns e fruteiras, casas lotéricas e assim por diante. Há muitas residências, e uma ou outra praça arborizada. Uma orientação espacial precisa neste território revela-se difícil; não é simples traçar um mapa – ainda que imaginário – da região. Permito-me afirmar que se trata de um local de um retorcido tecido urbano, que pouco remete ao sistema de coordenadas ortogonais.

Quem segue a rua João Alfredo, antigamente denominada Rua da Margem (hoje não se sabe margem de quê), na direção oposta ao centro, depara-se com a avenida Aureliano Figueiredo Pinto, com suas três pistas em cada sentido e corredor de ônibus no meio, dividindo em dois o tortuoso tecido do bairro. Seguindo-se em frente e atravessando a avenida defronte à Travessa Pesqueiro, encontramos a Rua Barão do Gravataí; tomando seu curso, logo surge a Baronesa do Gravataí, cujo leito inicia-se na conjunção com a rua que toma o nome de seu antigo esposo, o Barão. Seguindo-a por alguns metros, avistam-se crianças brincando pelas calçadas, andando de bicicleta ou jogando “taco”, e jovens que em pequenos grupos recostam-se nas muretas e sarjetas adjacentes. Pode-se ler a presença desses jovens como um sinalizador: chegamos ao estreito beco sem saída – cujo fundo ramifica-se em outros becos sem saída – que curiosamente leva o nome de Avenida Luís Guaranha.

O porquê de tal nomenclatura foi algo que me intrigou desde o início e que, como veremos adiante, será desvelado através de minhas experiências etnográficas. Prossigo o relato:

Erquem-se, nos dois lados da entrada da vila que leva ao nome da avenida, duas antigas casas de alvenaria – são casas irmãs, de arquitetura praticamente idêntica apesar da diferenças de tamanho entre as duas. Na maior delas, à esquerda, um observador atento encontra inúmeras camadas temporais sobrepostas: a antiga arquitetura ao fundo, o “puxado” avançando sobre o espaço da rua, novas janelas e portas abertas em locais onde antes havia paredes; a partir de alguns dos antigos detalhes da fachada que permanecem, se supõe aquilo que deveria ser a totalidade da casa na época de sua construção e saltam aos olhos as intervenções posteriores.

Restos de ornamentos sobre portas e janelas, as rachaduras e o limo que recobre as paredes tornam manifesta a passagem do tempo. Sendo a casa à direita de quem olha para dentro da vila bastante menor, a do lado esquerdo revela-se comprida. A mesma fachada abriga várias pequenas casas, cujas divisões internas podemos ver através das janelas abertas.

Desde a entrada da vila enxerga-se as pequenas casas, justapostas parede a parede até o fim da rua. Homens e mulheres sentam-se defronte às suas casas abertas. Muitas crianças se divertem pela rua; o conjunto de suas vozes ressoa alegre. Não há árvores; apenas uma ou outra se revela por detrás das pequenas casas. Casas estas, em sua imensa maioria, baixas e pequenas. Algumas delas possuem apenas uma peça. As construções deterioradas, a pintura desgastada, o telhado danificado, os vidros quebrados revelam a precariedade das condições de vida no local. Entretanto encontramos exceções: há sobrados de dois e três pisos, que, com sacadas e varandas, contrastam com o entorno, indicando que há diferentes níveis sócio-econômicos coabitando o mesmo espaço. Os residentes, no entanto, em geral, são pessoas pobres, muitos deles afro-descendentes.

Como um dos temas que me interessam na pesquisa sobre a ocupação dos territórios urbanos é a questão das transformações do espaço e seu lugar nas memórias individuais e coletivas dos habitantes da cidade, busquei conhecer os antigos moradores da Vila Luís Guaranha, entre outras coisas para compreender o sentido de Avenida que surgiu para mim quando conheci o local. Acabei me aproximando de Seu Flávio, um senhor branco, de

médio porte, de 74 anos, cabelos grisalhos, porém fartos, nem magro nem gordo, grandes óculos quadrados sobre os olhos, com um semblante seguro e saudável. Seu Flávio é um dos mais antigos moradores da Luís Guaranha, e veio de Pelotas para Porto Alegre aos 14 anos, para fazer a vida na capital. Segundo me contou, quando veio, morou com uma tia sua. Começou a namorar uma garota que morava na Guaranha, e mudou-se para lá, indo morar com uma senhora que era dona de um dos apartamentos da grande casa de esquina. Mais tarde essa senhora veio a falecer e deixou para ele a casa. Casou-se com a namorada, e foi morar na casa onde hoje funciona sua marcenaria. Seu Flávio afirmou categoricamente que o casarão pertenceu à Baronesa do Gravataí, a dona da chácara que ocupava o local no século XIX, onde ela teria residido. Esta é uma afirmação recorrente na comunidade, embora haja divergências a respeito do local de moradia da Baronesa.

Sobre a curiosa alcunha da Luís Guaranha, para um desconhecedor do passado da região como eu - apesar de ser um beco, leva o nome de avenida -, Seu Flávio afirmou:

“É, era uma avenida... chamavam de avenida os lugares que não tinham saída. Bah, isso era muito comum. É, é diferente, né? Avenida, tu pensa numa coisa ampla, com trânsito e tudo...” E tinha muito desse tipo de avenida aqui? – questionei. “Ah, tinham um monte”, Respondeu ele. “Aqui mesmo tinha outra aqui do lado. Aqui tinham duas. E ali tinha uma casa de madeira enorme, que era alugado os dois lados. Aquilo era uma esculhambação! Aqui não, aqui era bom! Aqui era calmo. Era tranquilo. Quando veio essa gente aí é que tumultuou...”.

Seu Flávio demonstrou-se resignado com a “esculhambação” que a Guaranha se tornou com o passar dos anos. Referindo-se sempre num tom melancólico ao passado da vila, deixa claro que não gosta do “tipo de gente” que veio morar ali – detesta o tráfico de drogas e os assaltantes, os vagabundos que habitam o local. Entretanto, sente uma profunda afeição por aquele lugar:

“Uma vida aqui! Foi uma vida... E com isso aí eu andei percorrendo esse mundo todo aí. E morando sempre aqui. Ia e voltava, sempre aqui! Isso aqui era muito bonito, viu? Isso aqui era lindo! Foram arrancando tudo. Inclusive a Avenida dos motoristas... Isso aqui o que deu essa barbaridade de gente aí, foi dum beco que tiraram aqui da frente e veio tudo pra cá. Aí acabaram com isso aí. Aqui só tinha gente boa!”

Para Seu Flávio, o momento em que a Guaranha deixou de ser o que era foi justamente na ocasião em que uma outra avenida (à qual ele chamou de beco), que existia defronte a Guaranha, foi removida e grande parte dos seus moradores foi ocupando os terrenos “ociosos” da Guaranha. Ele transparece seu pertencimento ao local quando afirma “foi uma vida aqui...”. Porém demonstra seu descontentamento com as atuais configurações e práticas cotidianas da vila. Referindo-se à avenida que foi removida, anteriormente mencionada, Seu Flávio disse: “Aí era dum português. Ele tinha uma pensão na frente e alugava quartos nos fundos. Aí pagava, não pagavam, era aquela esculhambação. Eu sei que terminou aquilo ali porque o português morreu... aí sim, aí o troço pegou fogo! Aquilo foi violento. E os filhos aí não conseguiam receber, não conseguiam fazer nada. Aí terminaram acabando com isso. Saiu todo mundo daí e vieram se metendo aqui pra dentro da Guaranha, que sabiam que ali não iam poder ficar, não tinham propriedade, não tinham nada. Aqui tinha um coronel... O coronel da brigada é que estava botando esse povo do lado de lá da Guaranha. E ele meteu-lhe gente aqui pra dentro!” Tal parece ser o momento crítico, para Seu Flávio, em que a vila Luís Guaranha perdeu o seu encanto – ou parte dele. O conceito de avenida descoberto em minha prática etnográfica, então, refere-se a conjuntos de casas de aluguel que abrigavam populações pobres. Conforme afirmou Seu Flávio, tal tipo de habitação popular era muito comum naquela região da cidade, antigamente denominada Areal da Baronesa. De acordo com a tipologia que propõe Bonduki (1998), trata-se de cortiços ou correr de casas de germinadas – forma bastante comum de residência das classes populares entre fins do séc. XIX e início do séc. XX. Surpreende, entretanto, a alcunha de avenida. Conforme manifesta Seu Flávio, tal definição contrasta com o sentido atual de avenida, em que as imagens que vêm à mente são de amplas vias de grande fluxo de veículos e pedestres. Ainda de acordo com este senhor, inúmeras das avenidas que existiam ali foram sendo destruídas para dar lugar a outros tipos de construções, tendo restado poucas tão representativas quanto a Luís Guaranha. Eu me questionava sobre os motivos da sobrevivência desta avenida; Sabia que Seu Flávio fora o primeiro presidente da Associação de Moradores, envolvido nos trâmites através dos quais o terreno da vila deixou de ser posse da Santa Casa para tornar-se posse da prefeitura municipal. Perguntei-lhe sobre o trabalho da Associação:

Ele afirmou:

“Antes nós pagávamos um aluguel para a Santa Casa. Todas as casas aqui. Aí como ficava muito atraso no pagamento do pessoal, e a Santa Casa ficava se constringindo de cobrar esses aluguéis no judicial, então entregou para uma imobiliária. Aí tinha uma imobiliária que pegou isso aí pra fazer as cobranças. E chamaram todo mundo lá, que agora os pagamentos seriam feitos todos com eles. E eu fui. E eu tinha me atrasado, parece que dois meses, três meses. Eu cheguei a pagar até dois anos adiantado o aluguel aqui pra ajudar a Santa Casa.”

Contando que a imobiliária passou a cobrar os aluguéis com rigidez nos prazos, passando a ameaçar de despejo os inadimplentes, Seu Flávio afirmou que pressionou-os para que apresentassem os documentos referentes à posse do terreno:

“Eles não tinham né. Claro que não, como é que vai ter? Lógico que não tinham. Isso é como todas as coisas que vão ficando nas cidades e que os prefeitos passam pra Santa Casa pra se prover de alguma coisa daquilo ali, um aluguel, alguma coisa ali, pra dar um rendimento pra Santa Casa. Aí quando fundamos a Associação, nós fomos ao prefeito, que era o Collares, conversamos com ele, e conseguimos boa vontade dele de nos ceder isso aqui. De dar a posse pra nós disso aqui. O que é que se pretendia aqui? Se pretendia que esse assentamento aqui, eles nos liberassem do pagamento disso aí. Nós não queríamos pagar pra ninguém. Queríamos a posse disso aqui que era nosso.”

O depoimento de Seu Flávio demonstra que a Santa Casa, enquanto proprietária das pequenas casas de aluguel, não era rígida nas cobranças, não se constituía em um poder impessoal e coercitivo. Antes, tratava-se de uma instituição maleável na cobrança, sendo os inquilinos também prestativos, dado que, de um lado, conforme me disse Flávio, “teve gente aí que ficou mais de ano sem pagar”, e no entanto, quando ele próprio tinha dinheiro suficiente, pagava anos de aluguel adiantado. Quando a entidade tenta impor um intermediário impessoal para a cobrança dos aluguéis, a comunidade se rebela e, mobilizada, consegue influência política junto à prefeitura, que acaba por permutar o terreno com a Santa Casa, dando-lhe outro em troca. O terreno da Luís Guaranha passa a ser de posse do DMHAB. Os moradores deixam de pagar aluguel, e ocupam as casas em esquemas de usufruto familiar. Assim, as casas não podem ser vendidas, reformadas ou reconstruídas, juridicamente, mas o são, e isso é bastante comum.

Dona Célia, outra antiga moradora da avenida, uma senhora baixa e de feições indígenas, de cerca de setenta anos, residente em um sobrado, afirmou ter sido a primeira a reformar a casa na Luís Guaranha:

“Quando a gente parou de pagar aluguel, então sobrou um dinheirinho e eu pude investir na casa, que ela era nossa. E fiz esse sobrado aqui. Hoje eu moro aqui embaixo, em cima mora um sobrinho meu com a família. Eu sou viúva há muitos anos. Moro aqui sozinha. Eu e Deus. Inclusive o pessoal da prefeitura veio aqui ver a minha casa, para tirar o modelo que eles iam fazer o resto das outras. Mas nunca fizeram nada. Hoje tem outras aí, muito maiores” - apontando uma casa de três andares bem defronte à sua. A gente gosta do lugar a gente gosta de morar bem, então a gente investe...”.

Apesar de o terreno ser do DMHAB, tendo os moradores apenas a posse das residências, as práticas de compra e venda das casas, bem como de sua reconstrução e reforma, são freqüentes. Investe-se dinheiro nas casas, pelo que pude apreender em conversas com os moradores, visando melhores condições de vida. A precariedade das formas de habitação no local são grandes, em alguns casos. A Casa de D. Marlene, uma gorda senhora baiana de mais de setenta anos, encontra-se com o forro despencando, e ela não tem condições financeiras de consertar o estrago do tempo; em um outro extremo está o caso de Leandro, jovem negro, funcionário da CEEE, que, tendo parentes na Guarânia e vivendo lá durante a infância, comprou uma das pequenas casas, a destruiu e construiu uma nova, com três pavimentos, no primeiro dos quais há uma garagem em que guarda um luxuoso carro.

Ainda hoje o DMHAB é o órgão responsável pela Vila. Uma das mais importantes experiências de campo se deu na ocasião de uma reunião entre a comunidade e órgãos da prefeitura municipal: Técnicos do DMHAB, que iriam tratar de assuntos relativos à realização de obras de melhoria da qualidade de vida dos moradores locais, e a equipe do “Projeto Quilombo do Areal: Memória e Patrimônio”, que iria se apresentar à comunidade e explicar o trabalho que estava sendo proposto para os próximos três meses. No início noite de uma terça-feira nos reunimos no interior da Sede da Associação de Moradores para dar início à reunião. A presença de moradores locais era expressiva. Os técnicos do DMHAB iniciaram a discussão acerca das obras infra-estruturais que estavam em vias de construção pela prefeitura: seis casas populares, com dois pisos cada, para substituir casas muito deterioradas ao fundo do beco, e a reconstrução da sede da Associação de Moradores, além da realização de outras possíveis obras pelos próprios moradores.

A comunidade havia demandado a reconstrução da sede, bem como a construção das casas, no Orçamento Participativo municipal. O que os técnicos revelavam, no entanto, é que não havia verba suficiente para realizar todas as obras necessárias, e que os moradores deveriam tentar obter mais verbas junto ao OP. Entretanto, havia dinheiro suficiente para a reconstrução da Sede, o que seria feito o mais rapidamente possível (o técnico

afirmou que poderia haver algum atraso, porém que até final do ano provavelmente a obra estaria concluída, o que não se deu: nem sinal das obras até o final do ano).

Os técnicos do DMHAB proferiam um discurso em que afirmavam que a vila estava em processo de urbanização - o que me levou a refletir acerca de quais os critérios de urbanidade que estavam em questão. Havia um sentido implícito, interpretei, de que a vila, por suas feições desorganizadas - algumas casas com pouco cuidado estético, outras bastante deterioradas - estava fora desses padrões. E, me questionava: há algo mais urbano do que uma vila? A existência de vilas como aquela é decorrência de uma forma de organização social excludente e desigual da qual fazemos parte. Qual é o conceito de cidade empregado pelos técnicos, senão o de uma cidade moderna e higienizada, supostamente sem contradições, homogênea, e não comportando essa diversidade de formas de ocupação do espaço - ao menos aparentemente, escancarado no centro da cidade? Os técnicos afirmavam a necessidade de os moradores locais informarem o órgão quando pretendessem realizar qualquer modificação nas casas em que residiam - posse do DMHAB e de usufruto das famílias de moradores, que apenas dispõem das casas, e, portanto, teoricamente não podem reformá-las, reconstruí-las ou vendê-las, o que conforme afirmado anteriormente, não coincide nem de longe com a prática observada na Avenida. Manifestavam, assim, a tentativa de controle público do arranjo cotidiano local e sua organização espacial, citando exemplos de grades colocadas sobre as calçadas da rua, e portanto fora dos padrões permitidos pelas diretrizes do DMHAB. De acordo com Harvey (1989), trata-se de uma fala que evidencia a tentativa de dominação das práticas de espaço da Avenida Luís Guaranha por parte dos poderes públicos.

O texto de Harvey, acima citado, permite traçar algumas reflexões interessantes sobre a postura do DMHAB, enquanto órgão público municipal responsável pela região, e as representações abstratas de espaço que busca imprimir, racionalizando-o, homogeneizando-o e objetivando-o. De acordo com o autor, profissionais como arquitetos e engenheiros buscam racionalizar os fragmentos desconexos de espaço, impondo coerência ao sistema como um todo; seu papel dominante seria crescente conforme as reformas urbanas adquirem importância política. O controle sobre o espaço, nesse sentido, torna-se fundamental para a reprodução das relações assimétricas de dominação. Dinheiro, espaço e tempo são princípios que organizam as interações cotidianas e a distribuição desigual de poder. Por detrás da aparente neutralidade envolvida no poder de organização espacial, o

Estado - e demais agentes envolvidos - dá forma à reprodução das desigualdades sociais. Harvey atribui enorme importância ao controle de espaços estrategicamente situados no meio urbano. Para o autor (p. 187), “Estruturas hierárquicas de autoridade ou privilégio podem ser diretamente comunicadas através de formas de organização espacial”⁵. Alterando o enquadramento do objeto de nossa análise da Vila Luís Guaranha especificamente para a cidade como um todo, pode-se ler em sua organização espacial as disputas geopolíticas pelo controle de seus territórios (p. 175), observando, por exemplo, as oposições entre habitar o centro e as regiões periféricas, ou mesmo as imensas diferenças entre regiões da cidade. E o acúmulo de dinheiro revela-se um dos pontos cruciais em relação ao desequilíbrio social do poder de habitar/ocupar seus diversos nichos. Assim, dinheiro, espaço e tempo são fontes de poder social aparentemente independentes, porém no mais das vezes interconectadas e, geralmente, coincidentes.

Assim sendo, cabe a questão: quais setores/comunidades/estratos sociais detêm a legitimidade ou possibilidade de habitar cada um dos determinados territórios urbanos? O que fica claro nos discursos dos membros do DMHAB é que a Vila Luís Guaranha tem de se adequar aos padrões arbitrários da urbanística moderna para permanecer em uma região central, e portanto exposta, da cidade. A dimensão monetária do espaço parece emergir quando se reflete sobre o poder aquisitivo das populações e seu acesso diferencial aos territórios urbanos, em que se torna manifesta a atribuição de valores diferenciais para cada bairro/região. Para Dodd (1997), atribuir valor é compartimentar o mundo, já que o valor é categoria que surge para organizar mentalmente o nosso universo social: valoriza-se o que é mais difícil de obter, o que está além do alcance. O mecanismo do preço, ainda conforme Dodd, vincula tudo a uma rede de transações, às leis do mercado – e não é diferente com o espaço urbano, em que a valorização imobiliária produz diferenças imensas entre o preço do “metro quadrado” de distintos bairros da cidade, e assim o valor de terrenos, lotes, casas, apartamentos e etc. Compra-se e vende-se espaço como mercadoria. Assim, os setores mais abastados têm a liberdade de escolher seu local de moradia contando com um leque imenso de possibilidades, enquanto as populações pobres habitam as regiões menos valorizadas.

⁵ Tradução livre do autor.

Os processos de destruição criativa: resgatando o Areal da Baronesa.

Retomando Harvey, a partir da circulação de capital se dá um processo de aceleração do tempo, em que maquinarias e mesmo infraestruturas completas – bem como estilos de vida – tornam-se obsoletos muito rapidamente em nosso meio social. Nesse sentido, o autor propõe o conceito de destruição criativa – fundamental para o estudo do processo constante de remodelação do espaço urbano -, afirmando que este tipo de prática torna-se necessária para a sobrevivência de um sistema que demanda ritmos cíclicos de investimento e desinvestimento de capital. Os processos de destruição criativa, assim, se dão, em nossa sociedade moderna, devido à aniquilação do espaço pelo tempo, já que a velocidade torna-se o vetor principal de nosso meio social, sendo a sede do novo uma das grandes características de nossa atualidade. Aniquilando-se o espaço pelo tempo, e destruindo-o para recriá-lo, contribui-se para a sua homogeneização, de acordo com os mais novos preceitos culturais – no mais das vezes as razões técnicas e científicas dos planejadores urbanos, que por detrás de sua suposta isenção, escondem formas de reprodução das desigualdades sociais.

E o que isso tem a ver com a realidade social da Avenida Luís Guaranha? Como afirmado por seus moradores, a avenida é um dos únicos legados vivos e concretos do Areal da Baronesa – apesar de o Areal, enquanto territorialidade⁶ negra e mítica de Porto Alegre, ainda estar muito presente nas memórias de seus antigos habitantes. Em função de inúmeras obras de reestruturação espacial daquela região da cidade – boa parte das quais referentes a renovações viárias, solucionando problemas advindos do enorme crescimento da população da cidade e de sua frota de veículos, durante o século XX⁷ - alterou-se completamente seu quadro organizacional. O processo de destruição criativa pareceu intensificar-se nas décadas de 40 e 50 (com a canalização do Arroio Dilúvio, que passava ao lado da atual Rua João Alfredo, a construção da Avenida Ipiranga, o aterro de parte do Guaíba) e década de 70 (a construção da I perimetral, concretizando para Porto Alegre o sistema viário radiocêntrico, já definido nos planos diretores desde a década de 10, e o Projeto Renascença, que eliminou da cidade o antigo bairro Ilhota, removendo sua população para o bairro Restinga, bastante afastado do centro da cidade).

Pode-se perceber, no caso da cidade de Porto Alegre, uma constante no que se refere ao fato de as populações pobres (boa parte das quais afro-descendentes) ocuparem preferencialmente as regiões periféricas da cidade. A questão étnica/racial no Brasil torna

evidente o fato de grande parte dos setores desfavorecidos monetária e economicamente serem populações afro-descendentes. Vivemos, ainda que de forma velada, o legado da sociedade escravocrata⁸. No que diz respeito ao presente trabalho, enfatizo o fato de desigualdade racial também estar ligada ao acesso diferencial aos territórios urbanos.

De acordo com a historiadora Jane Rocha de Mattos (2000), havia em Porto Alegre, desde os primórdios de sua ocupação, uma cisão entre cidade alta e cidade baixa, sendo a primeira local de moradia das elites e setores abastados da sociedade, e a outra ocupada por habitantes pobres, ex-escravos e escravos de ganho. Segundo a autora, que centra sua dissertação de mestrado no estudo histórico do Areal da Baronesa, os afro-descendentes ocuparam em Porto Alegre as áreas periféricas, preferencialmente as várzeas. Quanto ao território do Areal, afirmou que, nos escritos de cronistas e memorialistas que descreviam a vida na cidade, tal território aparece sempre referido como perigoso e ameaçador, tendo sido inclusive alcunhado de *Emboscadas* por ser, no século XIX, uma área de chácaras, caracterizada pelo mato fechado e pelos capões, que servia, durante a escravidão, para o refúgio de negros fugidos.

Conforme Mattos (2000, p. 28 e 29),

Com o crescimento econômico e espacial do núcleo inicial da cidade, na ponta da península, houve a retirada contínua dos segmentos empobrecido da população, dentro da política de higienização e reordenamento espacial, que na sua maioria ocupava os porões e cortiços. Assim, as áreas mais baixas e de terrenos irregulares (como as várzeas), que constituíam a periferia, seriam espaços para a construção de moradias (muitas em forma de casebres, transformando-se em cortiços ou avenidas) de aluguéis mais baratos.

Segundo a autora, muitos desses núcleos populacionais distantes do centro da cidade, chamados de arraiais (como o Arraial do Menino Deus), eram caracterizados por sua população etnicamente diferenciada (como o caso do Arraial dos Navegantes e sua ascendência alemã).

⁶ Utilizando o conceito de território proposto por Hall (1973), enquanto prolongamento do organismo humano, o conhecimento do espaço e do mundo a partir do corpo culturalmente construído. Território, assim, implica em definição de limites nos quais o ser humano organiza seus fazeres .

⁷ Cf. Planejar para viver melhor.

⁸ Cf. NOGUEIRA, 1954; MAGGIE, 1996.

O que caracterizava os territórios negros, segundo Mattos, entretanto, era o estigma depreciativo. Assim sendo, caracterizando o local por sua população julgada indolente e preguiçosa, de *capoeiras* perigosos, os cronistas batizaram o local através de um trocadilho: não podendo ser considerado um arraial, foi denominado areal, por conta da quantidade de terra vermelha que cobria a região, advinda do riacho – as cheias do riacho, aliás, de acordo com as fontes que a historiadora mobilizou, tornavam o local anti-higiênico e nauseabundo, contrariando as diretrizes do saneamento em implementação. E a caracterização “da Baronesa” se deu por conta da chácara de posse da Baronesa do Gravataí que existia no local no período imediatamente anterior ao seu loteamento e decorrente ocupação por parte dos estratos mais baixos da sociedade porto-alegrense.

Como visto, o Areal da Baronesa era parte da cidade baixa, região exterior ao centro insular de Porto Alegre - caracterizada pela habitação popular, em que cortiços e conjuntos de casas de aluguel barato eram abundantes - em oposição à cidade alta, cujo ápice era a “nobre” rua Duque de Caxias. Conforme o crescimento urbano, entretanto, o Areal passou a figurar como bairro central – adjacente ao centro. E, durante o século XX, foram completamente alteradas as formas de ocupação deste espaço da cidade, sendo as populações pobres e afro-descendentes “empurradas” para regiões periféricas - de acordo com os novos quadros de referência do cambiante cenário urbano. De acordo com Harvey (1989), também reconstruindo e remodelando o espaço se desvela as hierarquias sociais – e a remoção das vilas, habitadas por populações pobres, não detentoras das fontes de poder social (apenas a violência?) para regiões periféricas, indica uma busca de homogeneização do espaço, escondendo-se as contradições, racionalizando-se e esquadrinhando o seu uso.

Entre as vilas que permaneceram, apesar do processo de descaracterização do Areal da Baronesa, está a Luís Guaranha. Pelo contato que tive com seus moradores, percebi que desde há muito tempo convivem com a insegurança advinda da possibilidade de remoção da avenida. D. Célia, a senhora que foi a primeira a reformar a casa onde mora, afirmou que, desde quando chegou à Luís Guaranha, há mais de quarenta anos, ouvia rumores de que a vila seria removida do lugar. “Mas por que? É um lugar tão bom, tão bonito – eu perguntava”. Em frente a sua casa, refletindo sobre este fato e olhando cuidadosamente as fachadas das casas adjacentes, disse: “É um lugar muito importante, e eu acho que deveria ser preservado”. Da mesma forma, Joel, um negro de quarenta e dois anos, marido da vice-presidente da Associação de Moradores, afirmou que logo quando chegou à Luís Guaranha,

a posse do terreno passou da Santa Casa para o DMHAB. A prefeitura, nessa época ameaçou remover a vila do local – ocasião em que o Beco do Mijo foi removido (outro beco com casinhas populares, uma pequena vila conforme a Guaranha, sendo as duas entradas uma defronte à outra) para a construção de um prédio público, o Centro de Contabilidade do Estado. Segundo Joel, entretanto, os terrenos do Beco do Mijo eram de propriedade particular, e por conta disso a remoção tornou-se mais fácil. Em relação à Guaranha, a questão não passou de ameaça, embora a comunidade tenha sentido medo de ser removida durante muito tempo.

A tensão em torno da possibilidade de remoção da Avenida Luís Guaranha, conforme manifestaram estes dois moradores, foi intensa durante muitos anos. Atualmente, para Joel, é mais difícil remove-la: “Quem é que vai indenizar todo mundo que construiu aí? Ia dar muita confusão!” Se, para alguns atualmente há menos risco de remoção, as ações da Associação dos Moradores atesta um certo receio ainda presente. Há alguns anos (em 1998), a comunidade, reunida ao redor de lideranças locais e em conjunto com outra comunidade denominada Família Silva (que reside mais ao norte de Porto Alegre, no bairro Três Figueiras), se auto-reconheceu junto à Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura enquanto remanescente de quilombos, em pleno espaço urbano, alegando aquele território ser originalmente “Terra de Escravos”, originando-se das senzalas da chácara da Baronesa do Gravataí. A questão da identidade étnica atrelada à territorialidade urbana, então, revela-se então fundamental para a compreensão da realidade social da Vila Luís Guaranha. A reivindicação se deu em função de a comunidade se reconhecer como reminiscência do Areal da Baronesa, e não por conta de purismos étnicos ou genealógicos.

Conforme pude perceber, como é comum nos ambiente sociais metropolitanos, as trajetórias (VELHO, 1999) individuais e familiares dos moradores da Luís Guaranha são as mais diversas. Muitas das pessoas com quem conversei indicam a existência de parentes na vila; a circulação pelas casas também é bastante recorrente. D. Rosa, uma baixa senhora negra, de idade avançada, afirmou que seus bisavós foram escravos, e que sua mãe veio morar na Luís Guaranha depois de ter residido no famoso Beco do Oitavo.

Posteriormente, sua família se mudou para Viamão, onde permaneceu por alguns anos. Tempos mais tarde, D. Rosa e seu irmão voltaram à Guaranha, onde permanecem até hoje.

D. Terezinha, a dona de uma pequena lanchonete montada na sala de entrada de sua casa - conhecida apenas pelos moradores locais, uma vez que não há placas ou cartazes sinalizando sua existência – diz ter vindo morar nos fundos da casa de um tio seu que residia ali; quando ele faleceu, herdou a casa e reformou-a. Leandro, o dono da casa de três pavimentos, veio morar na Guaranha, tendo comprado a casa e reconstruído, em função de conhecer o local desde a infância, já que uma tia sua, D. Sônia, é uma das mais antigas moradoras locais. Muitos dos habitantes residem na Avenida Luís Guaranha há menos de vinte anos, e a circulação por entre áreas populares de Porto Alegre demonstra-se intensa.

O que se enfatiza através do auto-reconhecimento não é a ascendência direta em relação aos escravos da Baronesa, e sim a questão da resistência ao processo de remoção e remodelação do Areal da Baronesa como um todo, e portanto a importância da comunidade como território negro em meio à cidade de Porto Alegre. De acordo com a presidente da Associação dos Moradores, Cláudia, “Não tem etnia, a gente está se mobilizando por causa da resistência. Eu sei, tem muitos brancos na comunidade. Eu mesma não sou daqui, estou aqui faz dezessete anos. Mas quantas avenidas como essa sobraram?”. A comunidade, resgatando uma dimensão da memória coletiva local, relativa à ocupação do território em que está situada (antigas chácaras com senzalas, local de refúgio para escravos fugidos), reivindica o reconhecimento como remanescente de quilombo, provavelmente com o intuito de atrair uma maior visibilidade à comunidade junto à esfera dos poderes públicos (para a obtenção de recursos e obras de melhoria das condições de vida), bem como em relação à sociedade em geral, criando um estatuto de importância para a comunidade perante a cidade como um todo e justificando seus direitos de permanência no local onde estão.

A Avenida Luís Guaranha emerge como situação social que nos leva a refletir sobre a questão das “etnicidades emergentes”⁹ ou “novas etnias”¹⁰, contrariando o suposto assimilacionismo progressivo das minorias pela comunidade urbana que propõem autores da escola de Chicago¹¹. Neste caso, dá-se uma reapropriação de elementos da memória coletiva para respaldar reivindicações identitárias sobretudo políticas. Manuela Carneiro da Cunha

⁹ Cf. ARRUTI, 1997.

¹⁰ Cf. ALMEIDA, 2002.

¹¹ Cf. POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1988

(1986), propõe um sentido pragmático da identidade étnica que parece se ajustar à demanda da Luís Guaranha, ao afirmar que a tradição consiste em um reservatório ou repertório no qual se buscam sinais diacríticos para definir a comunidade, de acordo com os quadros fornecidos pelo meio social mais amplo - o que conformaria uma retórica das origens comuns. Cohen (1974) ressalta o fato de a diversidade cultural organizada em termos étnicos tornar-se mais visível nas cidades. Para o autor, a etnicidade é composta de símbolos – enquanto estruturas cognitivas – que organizam diferentes culturas em um mesmo meio social, através da reivindicação de origem comum. Para Max Weber¹² (1991), o que caracteriza os grupos étnicos é o sentimento subjetivo de procedência comum e de pertença, a cuja essência refere-se uma ação comunitária efetiva, que propicia o sentimento de um destino comum (geralmente unido à oposição em relação a outros grupos). De acordo com o autor, a comunidade política pode despertar o sentimento das origens comuns - não sendo por isso, no entanto, um sentimento falso, na medida em que a etnicidade pode ser linguagem que evidencia, em termos de atuação comum, os costumes como formadores de diferenças e contrastes.

No que tange aos quilombos, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) de 1988 - que possibilita a titulação de terras através de um mecanismo legal - provocou o surgimento de uma infinidade de casos de auto-reconhecimento de comunidades de remanescentes de quilombos Brasil afora, especialmente em se tratando de comunidades negras rurais. O caso da Avenida Luís Guaranha, uma comunidade urbana, parece tornar manifesto o que afirma Carneiro da Cunha: “[...] a etnicidade faz da tradição ideologia [...]” (1986: p. 108). Está em pauta uma situação em que uma cultura de resistência – a comunidade, em relação às remodelações espaciais e remoções que descaracterizaram a região urbana em que se situa - que enfatiza diferenças culturais e certos aspectos de sua memória coletiva como formas de protesto e garantia de direitos.

Considerações finais: o que a etnografia da Luís Guaranha propicia em relação ao estudo da Cultura Urbana?

Se, por um lado, afirmei que se percebe no discurso dos técnicos do DMHAB,

¹² Um dos pensadores que fundaram as Ciências Sociais enquanto campo de conhecimento autônomo, já em seu livro clássico “Economia e Sociedade”, abordava a questão das comunidades étnicas como forma de organização social, propondo acerca do tema consideração que se demonstram ainda extremamente coerentes.

tratando do processo de urbanização da vila, um critério de urbanidade corrente que indica a progressiva busca de esquadramento e homogeneização das feições desconexas e incoerentes da cidade, aliado ao fator de progressiva remoção das populações pobres e afro-descendentes do centro para regiões periféricas, por outro lado vemos a população da Luís Guaranha mobilizando as armas políticas de que dispõe para lutar por seus interesses, neste caso permanecer no local onde se encontra enraizada, enfatizando-o como territorialidade negra, reminiscência do Areal da Baronesa que deve ser mantida. Conforme Harvey (1989), apesar do esforço de homogeneização do espaço urbano, práticas e concepções distintas de espaço permanecem existindo, e por vezes emergem sob a forma de vozes que se manifestam contrárias à racionalização absoluta do ambiente urbano. No caso desse estudo, a Avenida Luís Guaranha surge como reminiscência e resistência. Se a cidade e seu crescimento implicam em uma ordenação, uma imposição de padrões de organização por parte dos poderes públicos municipais, no entanto os indivíduos e coletividades não se encontram passivos diante desses processos, e sim agem defendendo seus interesses.

Não penso aqui o dinheiro, como sugere Simmel (1991) - para compor uma tipificação do homem moderno em termos de comportamento e subjetividade. Não penso também, do mesmo modo, na cidade em termos de um equilíbrio, conforme propõe os autores da Escola de Chicago¹³ - muitos deles utilizam-se da metáfora ecológica para compreender o fenômeno urbano - ou ainda com um tom moralizante como propõe Park (1973) para refletir sobre o homem metropolitano. Penso sim na cidade como totalidade heterogênea, fragmentada e muitas vezes incoerente. É óbvio que há traços culturais comuns à população de uma cidade (ou mesmo de uma região, estado ou país), como, por exemplo o a língua falada. Entre tais traços comuns está o dinheiro - para Simmel (1991) uma força social impessoal e opaca que permeia todas as relações em nossa sociedade; uma constante em nossas formas de organizar o mundo e atribuir valor (DODD, 1997).

Em relação aos distintos territórios urbanos, também há uma atribuição de valores, entre os quais o valor monetário, através de uma série de características como infraestrutura urbana, condições geográficas e de vida, histórico ocupacional e etc. E tais sentidos se

¹³ Cf. VELHO, O. G., 1973.

alteram com o correr do tempo, através de processos de destruição criativa (HARVEY, 1989), de imigração paulatina das populações em direção a outros lugares e assim por diante. E, em meio a processos de transformação contínua, há constantes, elementos organizacionais que se demonstram recorrentes. Entre as recorrências está o fato de as populações pobres – em meio às quais há um grande número de afro-descendentes, situação na qual as desvantagens econômicas, monetárias e de classe são coincidentes com as desigualdades étnicas/raciais - habitarem, em Porto Alegre, desde os tempos da cisão entre cidade alta e cidade baixa, as regiões periféricas da cidade. A partir do que foi afirmado, retomo a cultura urbana não como algo dado e definitivo, e sim em seu fluxo, como fenômeno em permanente reconstrução através do desenrolar cotidiano e interacional das populações. Um fluxo, conforme propõe Barth (1989), que atravessa os indivíduos, impondo padrões e coerções sociais, sendo seus códigos, no entanto, manipulados por estes mesmos atores. Não adoto nem a perspectiva weberiana para analisar a cidade, no sentido da primazia do ideário e da cultura de um povo, do qual a vida urbana seria um mero reflexo, nem tampouco as premissas da Escola de Chicago – apesar de ter consciência da importância das reflexões de ambas as correntes para a compreensão do mundo moderno – segundo a qual o ambiente urbano cria subjetividades e padrões morais. Através da prática etnográfica em territórios urbanos, vejo sua realidade culturalmente determinada, um ambiente que impõe certas condições de existência e determinados procedimentos/estruturas subjetivas, porém percebo que os atores sociais desempenham um papel fundamental em sua construção.

A cidade não cria comportamentos, uma vez que a dimensão simbólica do social é sempre reatualizada na prática, nos arranjos cotidianos, nos micro-eventos e nas micro-relações entre indivíduos e coletividades. Vivemos em uma sociedade complexa, plural, diversa e fragmentada, sendo as muitas facetas desse amálgama imbricadas no desenrolar do cotidiano. Trata-se, ao meu ver, de uma via de duas mãos: tanto o ambiente urbano influencia decisivamente a existência de nossa sociedade e sua cultura multifacetada, quanto tais formações culturais são decisivas na existência da vida urbana, já que sem elas a cidade seria um cenário inerte, morto e congelado no tempo. É a dinâmica cultural que faz da cidade um objeto temporal, vivo e em perpétua construção.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. *Os Quilombos e as Novas Etnias: é necessário que nos libertemos da definição arqueológica*. In: O'DWYER, Eliane C. (org). Quilombos: Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.
- ARRUTI, José Maurício Andion. *A Emergência dos "Remanescentes": Notas para o diálogo entre Indígenas e Quilombolas*. In: Revista Mana- Museu Nacional/UFRJ: Vol 3 n.2 Outubro de 1997. p. 7-38.
- BARTH, Fredrik. *Grupos Étnicos e suas Fronteiras*. In: POUTGNAT & STREIFF-FENART (orgs.). Teorias da Etnicidade. São Paulo. Editora Unesp.1988. p.187-227
- BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: Queiroz Ed. Ltda. EDUSP, 1987.
- COHEN, Abner. *Introduction: The Lesson of ethnicity*. In: Urban Ethnicity. Londres: Tavistock publications, 1974.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Religião, Comércio e Etnicidade: uma interpretação preliminar do catolicismo brasileiro em lagos no século XIX & Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível*. In: *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986. p.85-108.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- DODD, Nigel. *Aspectos culturais da economia monetária moderna*. In: A Sociologia do Dinheiro. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 89-113.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. *Premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob a ótica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade*. In: Revista Margem. São Paulo: PUC/SP, 1999.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- GOFFMAN, Erwing. *Estigma: notas para a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara , 1963
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Edward T. *La Dimensión Oculta: enfoque antropológico del uso del espacio*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1973.
- HARVEY, David. *Money, space, time and the city*. In: The urban experience. Baltimore: John Hopkins University Press, 1989.
- MAGGIE, Yvonne. *"Aqueles a quem foi negada a cor do dia": as categorias Cor e raça na cultura Brasileira*. In: Raça, Ciência e Sociedade. Rio, Editora Fiocruz, CCBB, 1996. p. 225-234.
- MATTOS, Jane Rocha de. *"Que arraial que nada, aquilo lá é um areal". O Areal da Baronesa: Imaginário e História (1879-1921)*. Dissertação de Mestrado em história - Curso de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica/RS, Porto Alegre, 2000.
- MOLES, Abraham, ROHMER, Elisabeth. *Labyrinthes Du Vecu*. Paris: Librairie des Meridiens, 1982.
- NOGEIRA, Oracy. *Preconceito racial de Marca e preconceito racial de origem. Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil*. Trabalho apresentado no XXXI Congresso Internacional de Americanistas, São Paulo, 1954.
- O'DWYER, Eliane C. (org). *Quilombos: Identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.

- OLIVEN, Ruben George. *De olho no dinheiro nos Estado Unidos*. Estudos Históricos vol. 15, no. 27. Rio de Janeiro, 2001.
- PARK, Robert Ezra. *A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano*. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Porto Alegre. Planejar para viver melhor*. s.d.
- POUTIGNAT & STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo. Editora Unesp. 1988.
- SAHLINS, M. *Dos o tres cosas que sé acerca del concepto de cultura*. In: Revista Colombiana de Antropologia. Vol 37, enero-diciembre 2001. p. 290-327.
- SIMMEL, Georg. *Money in Modern Culture*. In: Money, Culture and Society. Vol. 8, no 3, 1991. p. 17-31.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 1999.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In NUNES, Edson de Oliveira (org.). *A aventura sociológica; objetividade, paixão e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- VELHO, Gilberto. O antropólogo pesquisando em sua Cidade: sobre conhecimento e heresia. In: VELHO, Gilberto (org.). O desafio da cidade. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.
- VELHO, Otávio G. (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- WEBER, Max. *Relações Comunitárias Étnicas*. In: Economia e Sociedade. V.I: Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1991. p.267-277.
- WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Abril, 1974.
- WIRTH, L. *The Problem of Minority Groups*. In: LINTON, R. The Sciences of Man in the World Crisis. New York, Columbia University Press. 1945. p. 347-372.